



Câmara dos Deputados

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, de 2022**

(Do Sr. Francisco Jr)

Dispõe sobre a instituição do Programa nacional de Incentivo à Compostagem de Resíduos Orgânicos escolar em todas as escolas da rede pública de ensino do país.

Apresentação: 09/03/2022 15:45 - Mesa

PL n.505/2022

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Incentivo à Compostagem de Resíduos Orgânicos Escolar em todas as escolas da rede pública de ensino do país.

**Art. 2º** Fica instituído, em todas as escolas da rede pública de ensino do país, o Programa Nacional de Incentivo à Compostagem de Resíduos Orgânicos Escolar.

Parágrafo único. As escolas promoverão a compostagem doméstica ou caseira de resíduos orgânicos, que consiste no processo de transformação de resíduos orgânicos em adubo.

**Art. 3º** Para efeitos desta Lei, todo o adubo resultante do processo de compostagem realizado nas escolas da rede pública de ensino, será destinado à conservação de hortas e jardins da unidade de ensino.

Parágrafo único. Não havendo na unidade escolar ambiente em que possa ser utilizado o adubo produzido ou caso haja produto em excesso, o composto orgânico poderá ser distribuído para hortas comunitárias, conservação de jardins públicos ou projetos destinados à agricultura familiar, desde que localizados na comunidade onde está inserida a escola.

**Art. 4º** O Programa Nacional de Incentivo à Compostagem de Resíduos Orgânicos Escolar, objetiva cumprir o preceituado no art. 1º da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos.



\* C D 2 2 5 8 1 2 3 0 0 8 0 0 \*

exEdit



Câmara dos Deputados

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor após a data de sua publicação.

Apresentação: 09/03/2022 15:45 - Mesa

PL n.505/2022

## JUSTIFICATIVA

Segundo dados publicados pela Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais, todos os anos, o Brasil produz quase 37 milhões de toneladas de lixo orgânico. Esse resíduo tem potencial econômico para virar adubo, gás combustível e até mesmo energia. No entanto, apenas 1% do que é descartado é reaproveitado.

De acordo com o manual Compostagem Doméstica, Comunitária e Institucional de Resíduos Orgânicos, publicado pelo Ministério do Meio Ambiente, cerca de 50% dos resíduos urbanos gerados no Brasil são orgânicos, e poderiam ser reciclados em casa ou em escala industrial.

Em matéria publicada no site Terra Ambiental, é possível entendermos mais a respeito desse processo, senão vejamos:

“O reaproveitamento de resíduos é estratégia fundamental para solucionar um dos maiores problemas ambientais da atualidade: a quantidade de lixo gerado e sua correta destinação.

A compostagem é considerada alternativa sustentável, simples, eficaz e que atende a legislação ambiental em vigor – a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), que regulamenta o tema no País.

A compostagem doméstica ou compostagem caseira é um processo que transforma resíduos orgânicos em adubo de qualidade para hortas e qualquer tipo de cultivo. Diferente da compostagem voltada à recepção e transformação de grandes volumes de resíduos oriundos de empresas, que em geral é terceirizada, o processo doméstico de compostagem é uma alternativa viável para o



\*C D 2 2 5 8 1 2 3 0 0 8 0 0\*  
ExEdit



## Câmara dos Deputados

reaproveitamento de resíduos em pequena escala. Como o próprio nome diz, o sistema pode ser realizado nos quintais de casa - com a técnica, estima-se que uma família pode reduzir em mais de 70% o resíduo gerado em seu dia a dia.”

Como o presente Projeto de Lei, visa a compostagem doméstica, faz-se necessário ressaltar como a composteira pode trazer benefícios e impactar positivamente o meio ambiente, da seguinte forma:

1. Diminuição do volume de resíduos enviados aos aterros. Podendo gerar economia aos municípios com o custo do transporte e do aterro;
2. Reciclagem do material orgânico e enriquecimento do solo com nutrientes gerados pela composteira;
3. Produção de adubo ecológico que pode ser usado na produção de alimentos orgânicos em hortas domésticas;
4. Diminuição do mau cheiro do lixo doméstico e conseqüentemente atrair menos insetos;
5. Redução da necessidade de uso de fertilizantes químicos;
6. Atenuação do uso de plástico, já que o lixo estará menor e será preciso menos sacolas/sacos para o descarte.

Além do mais, cabe destacar que as áreas de descarte inadequados de resíduos orgânicos são habitadas por vetores como ratos, baratas, vermes e outros agentes nocivos à saúde. Tratando esses resíduos de maneira adequada, contribuimos para a manutenção da saúde das pessoas que vivem em regiões próximas dessas áreas, reduzindo os riscos à saúde.

Na compostagem caseira, entre os resíduos que podem ser tratados, estão: bagaços, cascas de frutas e legumes provenientes do processamento de alimentos, restos de alimentos provenientes, bem como produtos alimentícios vencidos ou fora de especificação.

Como visto, são resíduos facilmente encontrados nas escolas brasileiras, haja vista a produção de alimentos destinados aos alunos da rede pública de ensino.





## Câmara dos Deputados

É preciso que cuidemos do meio ambiente e, neste sentido, a escola desempenha um papel fundamental na “criação” de cidadãos conscientes. Este projeto vem garantir que nossas crianças e adolescentes tenham onde se espelhar, neste caso, nas escolas, para que assim, também sirvam de exemplo em suas casas e comunidade.

Assim, diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2022.

**Deputado FRANCISCO JR**  
**(PSD/GO)**

